



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Relatório de Monitoramento 16/2021

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA (SEFAZ/MT)
INTERESSADO:	ROGÉRIO LUIZ GALLO - SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA
C/ CÓPIA:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO (TCE/MT)
ASSUNTO:	Monitoramento das Recomendações oriundas dos trabalhos de auditoria e controle

Trata-se de monitoramento realizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Controle (SDC), considerando os Planos de Providências do Controle Interno (PPCIs) elaborados pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), em atendimento às recomendações expedidas nos Produtos de Auditoria.

Cuiabá-MT
Junho/2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SUMÁRIO

1. - INTRODUÇÃO

1.1. - OBJETIVOS

1.2. - METODOLOGIA

1.3. - LIMITAÇÕES

2. - RESULTADOS DO MONITORAMENTO

2.1. - PRODUTOS MONITORADOS

2.2. - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO GERAL DAS RECOMENDAÇÕES

2.3. - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR PRODUTO DE AUDITORIA

2.4. - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR SUBSISTEMA

2.5. - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR PONTO DE CONTROLE

3. - COMENTÁRIOS DA EQUIPE DE MONITORAMENTO

4. - CONCLUSÃO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

1 - INTRODUÇÃO

1. Considerando que a Controladoria Geral do Estado (CGE/MT), órgão superior de Controle Interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 52 da Constituição Estadual, tem como missão contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles, da conduta dos servidores e dos fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.
2. Considerando que Resolução Normativa TCE/MT n.º 12/2017-TP, que dispõe sobre os procedimentos de avaliação dos controles internos do Poder Executivo, determina, em seu inciso VII, que os relatórios de monitoramento dos Planos de Providências relativos à avaliação de controles internos, quando elaborados, serão encaminhados ao TCE/MT ao final de cada quadrimestre.
3. Considerando que a Instrução Normativa CGE n.º 3, de 3 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de elaboração e monitoramento dos Planos de Providências de Controle Interno formulados em resposta às recomendações e determinações emitidas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, define as responsabilidades e a forma de emissão do relatório de monitoramento.
4. Considerando que compete à Superintendência de Desenvolvimento do Controle (SDC), entre outras atribuições, monitorar o cumprimento das recomendações e determinações expedidas pelos órgãos de Controle Interno e Externo.
5. Considerando que a Ordem de Serviço n.º 100/2021 designou os Auditores do Estado, Andre Ramos Gomes da Silva, Marino Koch, Norton Glay Sales Santos, para realização do monitoramento dos trabalhos de auditoria encaminhados ao TCE/MT.
6. Apresenta-se o presente Relatório de Monitoramento que é o instrumento que comunica e demonstra os resultados alcançados com a realização das ações estabelecidas nos Planos de Providências elaborados pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), em atendimento às recomendações expedidas nos trabalhos de auditoria e controle.
7. Esclarece-se que foram considerados os produtos de auditoria emitidos de janeiro/2017 a abril/2021 para a emissão deste relatório, ou seja, produtos de auditoria entregues no órgão até a data de 15 de abril de 2021, bem como houve notificação à UNISECI em 30/04/2021 informando a data de corte para enviarem ações para admissibilidade, prorrogações justificadas e encerramento até 21/06/2021.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

1.1 - OBJETIVOS

8. O objetivo geral do monitoramento é verificar se as Unidades Orçamentárias do Poder Executivo Estadual estão tomando as providências para sanar as falhas e irregularidades apontadas nos relatórios de auditoria emitidos pelos Órgãos de Controle. Ademais, os objetivos específicos que norteiam esta atividade são:

- Verificar o grau de implementação das recomendações e determinações;
- Acompanhar a evolução das unidades auditadas;
- Auxiliar os gestores das unidades a verificar se as ações propostas nos planos de providência foram ou estão sendo implementadas;
- Identificar quais são os maiores obstáculos e dificuldades para implementação das recomendações e determinações;
- Analisar se as auditorias realizadas obtiveram os resultados esperados.

1.2 - METODOLOGIA

9. O Monitoramento das ações de controle consiste no acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada em relação às recomendações e determinações constantes dos produtos de auditoria e é realizado com base no plano de providências elaborado pela Unidade Orçamentária via Sistema informatizado de Monitoramento (SisMonitora).

10. A SDC é responsável pelas atividades de monitoramento (pós-auditoria), além de acompanhar o cumprimento das determinações, que tomar conhecimento dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

11. O monitoramento do atendimento das recomendações e determinações, emitidas pela CGE/MT e demais órgãos de controle, é realizado por Auditores do Estado designados, por meio de ordem de serviço, especificamente para esse fim, inclusive utilizando o Sistema informatizado de Monitoramento (SisMonitora).

12. As equipes de monitoramento realizam testes, análises, e avaliações nos registros e nas evidências juntadas, com o intuito de verificar o cumprimento das deliberações. Sempre que necessário, a equipe de monitoramento realiza verificações in loco com o objetivo de confirmar a consistência e efetividade das medidas adotadas.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

13. Com base nos dados e informações coletadas durante o monitoramento, as equipes classificam as deliberações, segundo o grau de implementação, no período verificado, em:

Classificação	Sigla	Definição
A Implementar	A.I	Quando não iniciadas ações objetivando a implementação da recomendação.
Em Implementação	E.I	Quando iniciadas ações objetivando a implementação da recomendação, mas que ainda não tenha sido totalmente cumprida.
Implementada	I	Quando, após a realização dos testes pela equipe de auditoria responsável pelo monitoramento, satisfaz todos os requisitos constantes do texto da recomendação.
Não Implementada	N.I	Quando, findo o prazo após os testes realizados pela equipe de auditoria responsável pelo monitoramento, não satisfaz todos os requisitos constantes do texto da recomendação.
Cancelada	C	Quando por erro de registro, for encerrada pela CGE/MT.

1.3 - LIMITAÇÕES

14. As atividades de monitoramento possuem limitações impostas ao trabalho associadas à metodologia usada para investigar a implementação das ações saneadoras propostas pelas Unidades Orçamentárias ou Entidades, à confiabilidade ou à dificuldade na obtenção de dados, ao tempo disponível para realização da atividade, assim como às limitações relacionadas ao próprio escopo do trabalho, ou seja, as áreas e os aspectos não analisados.

15. Neste sentido, o presente relatório, assim como o controle interno de forma geral, apresenta limitações, e portanto, oferece segurança razoável de que as recomendações e determinações foram implementadas, mas não garante que os problemas e irregularidades apontados nos produtos de auditoria foram efetivamente sanados.



2 - RESULTADOS DO MONITORAMENTO

2.1 - PRODUTOS MONITORADOS

16. O presente relatório refere-se ao monitoramento da implementação das recomendações emitidas nos seguintes trabalhos:

1. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0013/2017;
2. Relatório de Auditoria nº 0035/2020;
3. Relatório de Auditoria - CI nº 0044/2017;
4. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0003/2019;
5. Recomendação Técnica nº 0256/2018;
6. Relatório de Auditoria nº 0035/2018;
7. Parecer de Auditoria nº 0186/2018;
8. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0006/2020;
9. Relatório de Auditoria nº 0036/2017;
10. Relatório de Auditoria nº 0018/2018;
11. Recomendação Técnica nº 0230/2019;
12. Recomendação Técnica nº 0217/2018;
13. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0003/2020;
14. Relatório de Auditoria nº 0007/2018;
15. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0020/2017;
16. Relatório de Auditoria nº 0046/2017;
17. Relatório de Auditoria nº 0047/2018;
18. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0007/2019;
19. Recomendação Técnica nº 0204/2019;
20. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0033/2019;
21. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0027/2018;
22. Relatório de Auditoria nº 0034/2016;
23. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0028/2019;
24. Recomendação Técnica nº 0107/2020;
25. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0004/2020;
26. Recomendação Técnica nº 0364/2019;
27. Relatório de Auditoria - CI nº 0004/2020;
28. Recomendação Técnica nº 0021/2018;
29. Recomendação Técnica nº 0239/2019;
30. Recomendação Técnica nº 0442/2019;
31. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0005/2019;
32. Recomendação Técnica nº 0045/2019.

17. A supracitada avaliação foi realizada por meio das unidades técnicas desta Controladoria, em suas respectivas esferas de competência e seus respectivos subsistemas.

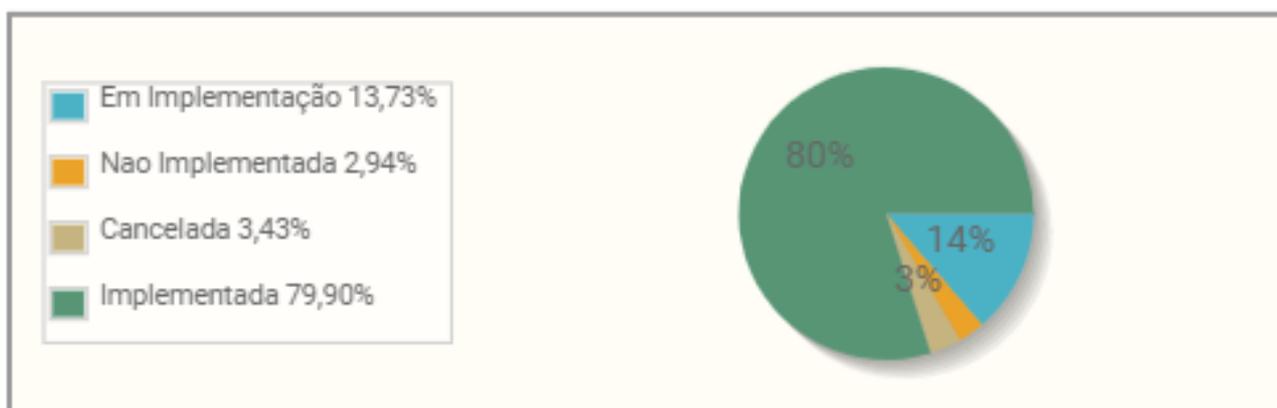


2.2 - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO GERAL DAS RECOMENDAÇÕES

18. A implementação das recomendações pode ser observada na sua totalidade, e por várias perspectivas: por produto de auditoria, por subsistema e/ou por ponto de controle.

19. No geral, foram emitidas 204 recomendações para a SEFAZ, sendo: 28 Em Implementação, 6 Não Implementada, 7 Cancelada, e 163 Implementada.

ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES



20. Portanto, conforme gráfico acima, 13,73% das recomendações estão em fase de implementação, ou seja, houve a elaboração do Plano de Providência de Controle Interno, mas as ações ainda não foram totalmente cumpridas.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

2.3 - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR PRODUTO DE AUDITORIA

21. Abaixo detalha-se as recomendações por Produto de Auditoria, assim como a respectiva situação em que se encontra o seu cumprimento.

Recomendação por Produto de Auditoria

U.O	Produto	Nº	Ano	Recomendação					Total	Grau de Implementação
				A Implementar	Em Implementação	Implementada	Não Implementada	Cancelada		
SEF AZ	Relatório de Auditoria	34	2016	0	0	1	0	0	1	100,00%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	13	2017	0	2	41	0	1	44	93,18%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	20	2017	0	0	4	0	4	8	50,00%
SEF AZ	Relatório de Auditoria	36	2017	0	0	2	0	0	2	100,00%
SEF AZ	Relatório de Auditoria - CI	44	2017	0	0	4	0	0	4	100,00%
SEF AZ	Relatório de Auditoria	46	2017	0	2	4	0	0	6	66,67%
SEF AZ	Relatório de Auditoria	7	2018	0	0	5	0	1	6	83,33%
SEF AZ	Relatório de Auditoria	18	2018	0	0	1	0	0	1	100,00%
SEF AZ	Recomendação Técnica	21	2018	0	0	2	0	0	2	100,00%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	27	2018	0	5	44	2	1	52	84,62%
SEF AZ	Relatório de Auditoria	35	2018	0	0	4	0	0	4	100,00%
SEF AZ	Relatório de Auditoria	47	2018	0	0	1	3	0	4	25,00%
SEF AZ	Parecer de Auditoria	186	2018	0	1	0	0	0	1	0,00%
SEF AZ	Recomendação Técnica	217	2018	0	0	2	0	0	2	100,00%
SEF AZ	Recomendação Técnica	256	2018	0	0	3	0	0	3	100,00%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	3	2019	0	4	2	0	0	6	33,33%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do	5	2019	0	0	5	0	0	5	100,00%



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

	Controle Interno									
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	7	201 9	0	1	2	0	0	3	66,67%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	28	201 9	0	2	0	0	0	2	0,00%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	33	201 9	0	3	16	0	0	19	84,21%
SEF AZ	Recomendação Técnica	45	201 9	0	0	1	0	0	1	100,00%
SEF AZ	Recomendação Técnica	204	201 9	0	0	1	0	0	1	100,00%
SEF AZ	Recomendação Técnica	230	201 9	0	0	2	0	0	2	100,00%
SEF AZ	Recomendação Técnica	239	201 9	0	1	3	0	0	4	75,00%
SEF AZ	Recomendação Técnica	364	201 9	0	0	1	0	0	1	100,00%
SEF AZ	Recomendação Técnica	442	201 9	0	0	1	0	0	1	100,00%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	3	202 0	0	2	2	1	0	5	40,00%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	4	202 0	0	3	3	0	0	6	50,00%
SEF AZ	Relatório de Auditoria - CI	4	202 0	0	1	0	0	0	1	0,00%
SEF AZ	Relatório de Avaliação do Controle Interno	6	202 0	0	1	2	0	0	3	66,67%
SEF AZ	Relatório de Auditoria	35	202 0	0	0	3	0	0	3	100,00%
SEF AZ	Recomendação Técnica	107	202 0	0	0	1	0	0	1	100,00%
TOTAL				0	28	163	6	7	204	79,90%

Fonte: Dados do monitoramento realizado pela SDC - Junho de 2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

2.4 - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR SUBSISTEMA

22. Apresenta-se o detalhamento das recomendações por subsistema, bem como a respectiva situação em que se encontra o seu cumprimento.

Recomendação por Subsistemas

Subsistema	Recomendação					Total	Grau de Implementação
	A Implementar	Em Implementação	Implementada	Não Implementada	Cancelada		
Avaliação de Entidade	0	4	6	0	1	11	54,55%
Contabilidade	0	7	22	2	1	32	68,75%
Contabilidade - Avaliação Órgão Central - SEFAZ	0	6	5	1	2	14	35,71%
Contratações	0	1	33	0	0	34	97,06%
Convênios e Transferências	0	1	3	0	0	4	75,00%
Financeiro	0	1	22	3	0	26	84,62%
Financeiro - Avaliação Órgão Central - SEFAZ	0	3	11	0	2	16	68,75%
Gestão de Pessoas	0	0	29	0	1	30	96,67%
Obras e Serviços de Engenharia	0	0	1	0	0	1	100,00%
Orçamento	0	2	15	0	0	17	88,24%
Patrimônio	0	1	15	0	0	16	93,75%
Tecnologia da Informação	0	2	1	0	0	3	33,33%
TOTAL	0	28	163	6	7	204	79,90%

Fonte: Dados do monitoramento realizado pela SDC - Junho de 2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

2.5 - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR PONTO DE CONTROLE

23. Por fim, detalha-se as recomendações por ponto de controle, bem como a respectiva situação em que se encontra o seu cumprimento.

Recomendação por Ponto de Controle

Sistema	Ponto de Controle	Recomendação					Total	Grau de Implementação
		A Implementar	Em Implementação	Implementada	Não Implementada	Cancelada		
Convênios e Transferências	Aderencia às normas - Transferências de recursos - Programas de Governo	0	1	2	0	0	3	66,67%
	Aderência às normas - Funcionalidades dos Sistemas Informatizados.	0	0	1	0	0	1	100,00%
Gestão de Pessoas	Gratificações	0	0	2	0	0	2	100,00%
	Cessão	0	0	2	0	0	2	100,00%
	Vantagens	0	0	2	0	0	2	100,00%
	Licenças e Afastamentos	0	0	11	0	0	11	100,00%
	Cargos	0	0	1	0	0	1	100,00%
	Estabilidade e Progressão	0	0	3	0	1	4	75,00%
	Indenizações	0	0	1	0	0	1	100,00%
	Vencimentos e Remuneração	0	0	6	0	0	6	100,00%
Monitoramento - Gestão de Pessoas	0	0	1	0	0	1	100,00%	
Contabilidade e - Avaliação Órgão Central - SEFAZ	Desempenho/Eficácia Institucional-Missão SEFAZ - Contabilidade	0	6	5	1	2	14	35,71%
Financeiro	Despesas Públicas	0	1	3	0	0	4	75,00%
	Regularidade Fiscal (Obrigações Fiscais e Acessórias)	0	0	1	0	0	1	100,00%
	Receitas Públicas	0	0	9	3	0	12	75,00%
	Adiantamentos	0	0	2	0	0	2	100,00%
	Diárias	0	0	3	0	0	3	100,00%
	Programação Financeira	0	0	3	0	0	3	100,00%
	Fatos Extra Caixa (NEX)	0	0	1	0	0	1	100,00%
Obras e Serviços de Engenharia	Contração de Obras Públicas	0	0	1	0	0	1	100,00%
Financeiro - Avaliação	Desempenho/Eficácia Institucional-Missão SEFAZ -	0	3	11	0	2	16	68,75%



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Órgão Central - SEFAZ	Financeiro							
Contratações	1 - Planejamento das aquisições	0	0	1	0	0	1	100,00%
	6 - Gestão e Fiscalização de contratos	0	1	9	0	0	10	90,00%
	5 - Adesão a Ata de Registro de Preços	0	0	10	0	0	10	100,00%
	4 - Dispensas e Inexigibilidades	0	0	3	0	0	3	100,00%
	contratação de serviços comuns	0	0	2	0	0	2	100,00%
	2 - Fase Interna - Licitação	0	0	8	0	0	8	100,00%
Tecnologia da Informação	Governança de Tecnologia da Informação	0	2	1	0	0	3	33,33%
Avaliação de Entidade	Informação e Comunicação	0	0	0	0	1	1	0,00%
	Monitoramento	0	0	1	0	0	1	100,00%
	Ambiente de Controle	0	3	5	0	0	8	62,50%
	Avaliação de Riscos	0	1	0	0	0	1	0,00%
Orçamento	1 - Programação Orçamentária	0	1	6	0	0	7	85,71%
	2 - Execução Orçamentária	0	1	5	0	0	6	83,33%
	3 - Créditos Adicionais	0	0	4	0	0	4	100,00%
Patrimônio	Gestão de Bens de Consumo	0	0	1	0	0	1	100,00%
	Gestão de Bens Móveis	0	1	8	0	0	9	88,89%
	Gestão de Bens Imóveis	0	0	6	0	0	6	100,00%
Contabilidade	Registros Contábeis	0	0	4	2	0	6	66,67%
	Funcionalidades do Sistema FIPLAN	0	1	1	0	0	2	50,00%
	Contas Bancárias	0	1	5	0	0	6	83,33%
	Dívida Ativa	0	2	0	0	0	2	0,00%
	Normas e Procedimentos Contábeis	0	2	10	0	1	13	76,92%
	Demonstrações Contábeis	0	1	2	0	0	3	66,67%
TOTAL		0	28	163	6	7	204	79,90%

Fonte: Dados do monitoramento realizado pela SDC - Junho de 2021



3 - COMENTÁRIOS DA EQUIPE DE MONITORAMENTO

24. Com o objetivo de apresentar o resultado dos trabalhos de auditoria e controle, assim como enfatizar a importância da elaboração dos planos de providência como instrumento de saneamento das impropriedades detectadas, a equipe de Auditores orientou os servidores da SEFAZ, através de reuniões em meio remoto, contatos telefônicos, via correio eletrônico, e aplicativo do Sistema de Monitoramento.

25. Nessas oportunidades, foram debatidas as principais dificuldades que a Unidade Orçamentária tem enfrentado quanto ao saneamento das impropriedades ao longo dos exercícios em relação aos produtos de auditoria emitidos tanto pela CGE como pelos Órgãos de Controle Externo.

26. Ainda, explanou-se sobre a nova metodologia e a utilização do novo Sistema de Monitoramento adotados pela CGE em relação aos trabalhos de pós-auditoria (monitoramento das recomendações), destacando a importância da UNISECI como coordenadora na elaboração dos PPCIs junto às áreas sistêmicas e finalísticas.

27. Além disso, destaca-se que o monitoramento das recomendações passou a ser executado diretamente em um aplicativo (Sistema de Monitoramento).

28. Neste aspecto, esta equipe de Auditores analisou e monitorou os Planos de Providências (PPCIs), dos Relatórios de Avaliação do Controle Interno (RACI) nº. 13/2017, nº 20/2017, nº 27/2018, nº 03/2019, nº 05/2019, nº 07/2019, nº 28/2019, nº 33/2019, nº 0003/2020, nº 0004/2020, e nº 0006/2020, das Recomendações Técnicas (RT) nº 21/2018, nº 0217/2018, nº 256/2018, nº. 239/2019, nº. 204/2019, nº. 230/2019, nº. 45/2019, nº. 364/2019, nº. 442/2019, e nº. 107/2020 dos Relatórios de Auditoria (RA) nº. 34/2016, nº. 36/2017, nº 44/2017, nº 46/2017, nº 47/2018, nº 007/2018, nº 18/2018, nº 35/2018, nº 004/2020, e nº 35/2020, do Parecer de Auditoria 186/2018, totalizando 32 produtos, e recomendou melhorias à luz da nova metodologia relativa aos aspectos formais e materiais, destacando que todos os trabalhos devem convergir para o saneamento dos apontamentos, e consequente geração de boas práticas de gestão.

29. A equipe de Auditores, atendendo a IN CGE n.º 03/2017, quando constatou a necessidade de correções nos planos de providências, promoveu a devolução à Unidade Orçamentária com as especificações dos ajustes necessários.

30. É importante frisar que a partir de 20 de março de 2020, por causa da pandemia do COVID 19, que gerou uma série de limitações nas atividades dos Órgãos, as unidades executoras intensificaram as solicitações de prorrogação de prazo para elaboração de PPCIs, e também de implementação de ações já em andamento. Apesar de no primeiro quadrimestre de 2021 ter ocorrido uma ótima evolução em termos de elaboração,



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

implementação e monitoramento dos PPCIs, este fato interferiu no grau de implementação das ações de saneamento das recomendações emitidas nos produtos de auditoria. Mesmo não parecendo tão expressivo o grau de saneamento dos apontamentos em termos quantitativos, pois houve uma evolução de 146 (71,57%) para 163 (79,90%). Essa diferença de 8,33% demonstra alta adesão e forte empenho das áreas técnicas, além do engajamento de toda a instituição com o processo de monitoramento, com destaque para equipe da UNISECI/SEFAZ, apesar das limitações impostas pela pandemia do COVID 19.

31. Ademais, a equipe da SDC, assim como toda a CGE, esteve à disposição dos responsáveis desta Unidade Orçamentária, a fim de esclarecer qualquer questionamento, inclusive os apontamentos contidos nos produtos de auditoria e controle.

32. Após esses esclarecimentos algumas das ações propostas foram revistas e os PPCIs encaminhados via Sistema de Monitoramento, com a assinatura da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ, do responsável pela UNISECI, e pelos responsáveis das respectivas áreas executoras.

33. Os dados que lastrearam a elaboração desse Relatório de Monitoramento, que abarca o primeiro quadrimestre de 2021, são referentes aos produtos de auditoria emitidos desde o mês de janeiro de 2017, encaminhados pela CGE/MT aos Órgãos, com ciência dos Gestores até a data de 15 de abril de 2021, e estão baseados nas informações que foram enviadas, via sistema de monitoramento, para análise de admissibilidade e encerramento(implementação) das ações propostas nos PPCIs, até o dia 21/06/2021



4 - CONCLUSÃO

34. Os PPCIs são instrumentos de planejamento e gestão que visam demonstrar as ações de saneamento propostas pelos diversos responsáveis visando atender os apontamentos dos trabalhos de auditoria.

35. Os PPCIs decorrentes dos produtos de auditoria que integram esse monitoramento, encaminhados pelo sistema de monitoramento demonstram que foram emitidas, 204 recomendações para a SEFAZ/MT, das quais 163 (79,90%) foram implementadas, 28 (13,73%) estão em fase de implementação, 07 (3,43%) foram canceladas/não aplicáveis, 06 (2,94%) não foram implementadas, e zero (0,00%) estão em elaboração.

36. Comparativamente ao Relatório de Monitoramento n. 26/2019, a SEFAZ/MT tinha 40 (26,49%) recomendações implementadas; 19 (12,58%) estavam em fase de implementação, 2 (1,32%) foram canceladas/não aplicáveis, 90 (59,60%) não foram implementadas, e zero (0,00%) estão em elaboração, de um total de 151 recomendações expedidas.

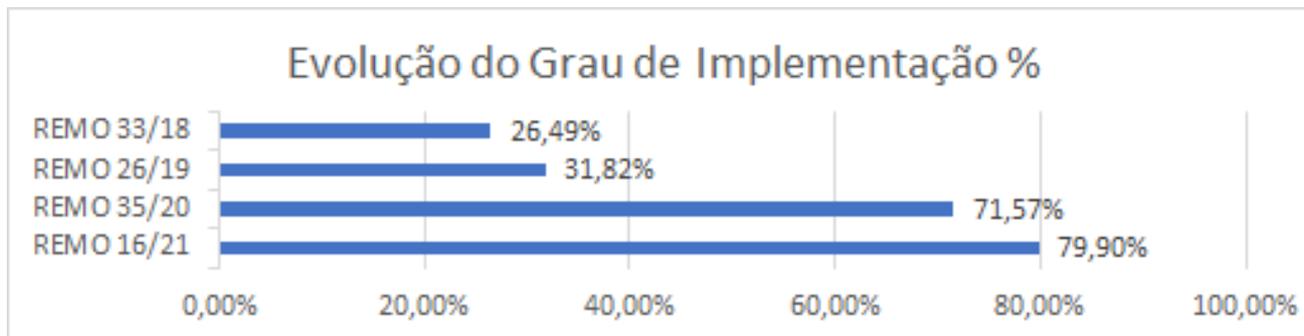
37. Comparativamente ao Relatório de Monitoramento n. 35/2020, a SEFAZ/MT tinha 146 (71,57%) recomendações implementadas; 26 (12,75%) estavam em fase de implementação, 07 (3,42%) foram canceladas/não aplicáveis, 25 (12,25%) não foram implementadas, e zero (0,00%) estão em elaboração, de um total de 204 recomendações expedidas.

38. Nota-se que o percentual de recomendações implementadas teve expressivo aumento de 8,33%, passando de 146 (71,57%) para 163 (79,90%), e o percentual de recomendações não implementadas teve um relevante declínio de 9,31%, com queda de 25 (12,25%) para 06 (2,94%). Mesmo não parecendo tão expressiva em termos quantitativos, essa diferença demonstra alta adesão e forte empenho das áreas técnicas, e o engajamento de toda a instituição com o processo de monitoramento, com destaque para equipe da UNISECI/SEFAZ.

39. O gráfico abaixo demonstra esse comportamento, e possibilita verificar a efetiva implementação das recomendações. Esse cenário proporcionou a implantação de boas práticas de gestão e controle na SEFAZ no decorrer dos exercícios de 2018 a 2021.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado



40. Destaca-se ainda que a pandemia do COVID-19, trouxe muitas dificuldades para as equipes na elaboração e implementação de ações saneadoras para atender as recomendações da CGE/MT.

41. Contudo, torna-se necessário a continuidade do engajamento de toda a instituição com a finalidade de implementar as ações propostas nos PPCIs objetivando corrigir/mitigar as deficiências abordadas nos respectivos produtos de auditoria, o que permitirá uma melhoria dos controles e sua essência.

42. Por fim, espera-se que o desenvolvimento das atividades de monitoramento, e a consequente publicação e divulgação dos respectivos relatórios, traga efetividade às ações de controle e o aperfeiçoamento da gestão pública, o que deve ocorrer por meio do cumprimento/implementação das recomendações dos órgãos de controle.

À apreciação superior

Cuiabá, 29 de Junho de 2021.

Andre Ramos Gomes da Silva
Auditor do Estado

Marino Koch
Auditor do Estado

Norton Glay Sales Santos
Superintendente de Desenvolvimento do Controle